



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0008353-29.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Despejo - Despejo por Denúncia Vazia**
Requerente: **Cleonice Bonfim dos Santos**
Requerido: **Norma Maia Maximiano**

Proc. 956/13
4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

CLEONICE BONFIM DOS SANTOS, já qualificada nos autos, moveu ação de despejo por denúncia vazia, contra NORMA MAIA MAXIMIANO, também já qualificada, alegando, em síntese, que locou à ré, o imóvel localizado nesta cidade, na Rua Maristela Tagliatella Custódio, nº 51 – Cidade Araci I, pelo período previsto de 30 meses.

Atualmente, a locação encontra-se prorrogada por prazo indeterminado e, não havendo interesse na manutenção da relação, a ré foi notificada para desocupação, no prazo de 30 dias.

Aduzindo que, decorrido o prazo da notificação, a suplicada não desocupou o imóvel, moveu a autora esta ação, pugnando pelo decreto de despejo da ré.

Docs. acompanharam a inicial (fls. 05/09).

Regularmente citada (fls. 18), a ré não contestou a ação.

Em consequência, tornou-se revel.

É o relatório.

DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

A ação procede, eis que com a revelia, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, notadamente, a existência de locação e a falta de interesse, por parte da locadora, de sua manutenção.

Tais fatos acarretam a consequência jurídica do despejo.

Ante todo o exposto, dúvida não há acerca da procedência do pedido inicial.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo procedente** a ação.

Em consequência, decreto o despejo pedido, assinalando à ré, o prazo de 30 dias, para desocupação voluntária.

Expeça-se mandado de notificação e despejo.

Condene a ré ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atribuído à causa.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 13 de novembro de 2013.

THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO
JUIZ DE DIREITO